

Práticas de educação para os media em Portugal

Uma visão panorâmica

Ana Jorge, Luís Pereira & Conceição Costa

Portugal tem conhecido um maior dinamismo na área da educação para os media nos últimos anos, resultante do incentivo das entidades internacionais, como a UNESCO, e sobretudo das europeias, tanto através da Recomendação do Conselho Europeu de 2009¹ como do Parlamento Europeu, mas também de um forte impulso da sociedade civil e da academia². Várias iniciativas relevantes têm sido empreendidas ao nível de entidades públicas, privadas e civis, incluindo a academia (Pinto et al. 2011; Ponte e Jorge 2010), contribuindo para um progresso significativo, tendo em conta o atraso histórico causado pela vigência do regime ditatorial até 1974, pautado pelo recurso à censura sobre os meios de comunicação, mas também, a nível educativo, pelos baixos níveis de alfabetização.

Neste capítulo, traçamos uma panorâmica geral do terreno dos projetos de educação para os media nas últimas duas décadas, vocacionados sobretudo para crianças e jovens. Apresentamos alguns projetos que se destacaram como bons exemplos, a partir de parâmetros definidos, nomeadamente a longevidade ou o impacto, ou ainda por terem sido inovadores no incentivo à participação dos jovens, por exemplo. Neste retrato, daremos conta dos diferentes agentes sociais envolvidos no campo da educação para os media, animando projetos para públicos diferenciados e com filosofias e metodologias diferentes, tanto no contexto da educação formal como não formal, mas também das principais deficiências no campo. Mais do que uma fotografia da realidade portuguesa, apresentamos alguns dos melhores *frames* de um filme cujo enredo tem vindo a enriquecer nos últimos anos, mas está ainda longe de ser terminado.

Dos jornais escolares aos meios digitais

As próprias empresas de media estiveram entre os pioneiros no terreno da educação para os media, incentivando o envolvimento da comunidade escolar na produção de jornais escolares. Numa fase de dinamização do sector mediático depois de décadas de ditadura e dos primeiros anos da democracia, no início da década de 1990, o diário privado *Público* lançou o Público na Escola, que incluía um concurso de jornais escolares, a criação de recursos, como dossiês temáticos, para apoio à educação para os media nas escolas, mas viu o seu investimento decrescer no final da década seguinte. Por essa altura, o projeto MediaLab, do concorrente *Diário de Notícias*, é lançado em 2010, com o apoio de entidades como a UNESCO. O projeto recebe, na sede do jornal, escolas e comunidades de jovens para realizarem *workshops* de produção de uma capa de jornal. Uma dimensão importante deste projeto é a ligação inter-geracional, que assume relevância numa sociedade marcada por um acesso diferenciado à educação por parte das diferentes gerações: também grupos de seniores visitam o projeto e interagem por vezes com os mais novos.

A produção de jornais escolares foi também incitada pela academia, sendo o tema do projeto de investigação A Educação para os Media no Distrito de Castelo Branco, explorando as ligações entre os novos meios tecnológicos e o tradicional suporte em papel, como é retratado noutro capítulo deste livro. O desenvolvimento de uma ferramenta em ligação com o terreno assume particular importância. De resto, nas escolas, quer em sala de aula, quer fora dela, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) apoia igualmente outras iniciativas como a dos “Jornais, Televisões e Rádios Escolares”, vocacionadas para o trabalho criativo dos jovens com os diferentes media. A facilitação tecnológica da última década, quer com a introdução de computadores nas escolas quer com a sua entrega aos alunos, através dos programas Magalhães e e-escolas, muito contribuiu para estas possibilidades.

É também digno de nota o trabalho ao nível das literacias empreendido pela Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), sob a alçada do Ministério da Educação e Ciência (MEC), como de apoio e transversal a todo o projeto letivo. Criada em 1995, a RBE tem actualmente uma cobertura quase total das escolas públicas em todos os níveis de ensino, capacitando alunos e professores para as literacias da leitura, informação e mediática.

Reconhecendo a importância dos meios digitais na vida dos mais novos, o MEC, com outros parceiros governamentais e da sociedade civil, promove ainda o projeto SeguraNet, focado na educação para uma utilização segura da internet. O SeguraNet destaca-se pela sua característica de contar com um painel de jovens, dimensão relevante para uma verdadeira participação dos visados pelos programas de educação para os media.

A educação para os media não existe em Portugal como disciplina curricular, mas apenas no âmbito da ‘Educação para a Cidadania’, sob a qual se incluem também a educação financeira, rodoviária, para a saúde, entre outras, e que decorre no âmbito de espaços não curriculares como Estudo Acompanhado e Área Projeto, espaços que têm vindo a perder lugar nos atuais currículos. Além disso, o MEC dispõe de escassos recursos para mobilizar esta vertente educativa e tem vindo a associar-se a alguns projetos que disponibilizam recursos para esta finalidade. Um deles é o MediaSmart, um programa de literacia para a publicidade para crianças entre os seis e os 11 anos, importado do Canadá e Reino Unido e lançado no país pela Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) em 2008, contando com o apoio do MEC desde 2012. O projeto distribui materiais pelas escolas de 1º e 2º ciclos que os solicitarem e promove concursos de criação de publicidade, pretendendo aumentar a literacia das crianças, em particular no que respeita à comunicação comercial e marketing nos diferentes media. Esta iniciativa, contudo, pode ser utilizada como argumento contra uma regulamentação legislativa mais restrita sobre a publicidade para crianças³.

O cinema constitui também uma linha de atenção no campo da educação para os media em Portugal. Depois de, no final dos anos 1990, terem existido projetos regionais promovidos por cineclubes (Viseu, Faro), em 2012 foi lançado o piloto do Plano Nacional de Cinema, por académicos, com intenção de integrar o programa curricular do MEC, mas tem enfrentado problemas na implementação, ao nível dos direitos de exibição que estão envolvidos.

No início de 2014, outras iniciativas têm vindo a surgir. Por um lado, a *RTP*, o operador de serviço público de televisão e rádio, lançou, em parceria com o MEC, o portal Ensina⁴, um conjunto de recursos que, na altura do seu lançamento, contava já com cerca de 800 vídeos com carácter pedagógico. No portal Ensina, a educação para os media é uma das categorias dos conteúdos, sendo possível encontrar vídeos relacionados com esta temática, por exemplo excertos de programas “Nativos Digitais”, em antena na *RTP2* entre 2010 e 2012.

Nesta altura, está também em discussão pública o Referencial de Educação para os Media, dirigido à Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário, da autoria de Manuel Pinto, Sara Pereira e Eduardo Jorge Madureira, por incumbência da Direção-Geral da Educação (MEC). Este documento estabelece as Linhas Orientadoras de Educação para a Cidadania e as competências a adquirir pelos alunos dos diferentes ciclos de ensino obrigatório. Este Referencial e o processo da sua validação representam também um avanço para a educação para os media e a sua consagração no espaço da escola portuguesa.

Agentes e vozes

As associações desempenham um importante papel complementar na dinamização da educação para os media no país. Além da APAN, o MEC associou-se a um projeto de consciencialização das crianças e jovens para os direitos de autor, promovido pela Associação para a Gestão de Cópia Privada (AGECOP) desde 2009. Os concursos Pequeno © e o Grande © incentivam crianças e jovens de vários ciclos de ensino a produzirem letras de músicas, fotografias, vídeos, poesia e prosa, por exemplo, para despertar as noções de autoria, de acordo com a legislação vigente, e trabalhar conceitos de linguagens, meios e audiências, capacitados através de material de apoio.

Aliás, a dinamização através de concursos revela-se uma forma popular e flexível de articular projetos de associações ou empresas com as escolas. Para além do concurso de jornais escolares promovido anualmente pelo *Público na Escola*, também a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) promove o SITESTAR, apoiada pela entidade responsável pelas infra-estruturas das tecnologias, a DNS.pt. Entre os objetivos do concurso, destaca-se o de “promover a literacia para os media digitais entre os jovens em idade escolar”⁵. O passatempo “Aprende a navegar antes que te apanhem”, também activo no início de 2014, insere-se na projecto da Fundação Portugal Telecom “Comunicar em Segurança”. Com esta iniciativa, pretende-se suscitar na comunidade educativa uma utilização correcta e segura da internet e das tecnologias de comunicação em geral, na continuação do que este grupo de telecomunicações, o maior em Portugal, tem empreendido desde 2005.

Se a agenda destes projetos visa sobretudo a criação de conteúdos e a sensibilização para a produção de media, mas de uma forma mais pontual através do formato de concursos, o trabalho em torno dos media com vista à inclusão e participação tem-se verificado em projetos de associações comunitárias, com apoio governamental, para crianças e jovens em risco de exclusão, como é o caso do Programa Escolhas. Projetos que podem ser destacados pela sua longevidade e qualidade conseguidas são o *Claquete* e *Rádio XL*, televisão e rádio, respetivamente, produzidas na área da Grande Lisboa. Os projetos *Olhares* e *RadioActive*, com raiz académica, que serão objeto de atenção em capítulos seguintes, foram precisamente realizados em parceria com centros comunitários apoiados pelo Escolhas, o que revela a capacidade de articulação entre academia e sociedade civil apoiada pelo Estado.

De resto, mesmo sem existir sempre uma interligação entre a investigação e a intervenção, a academia tem desempenhado um papel muito relevante em colocar o tema da educação para os media na agenda educativa e política. Exemplos disso são, a nível internacional: Mediappro (2005-06, Universidade do Algarve); *Study on the current trends and approaches to media literacy in Europe* (2006-07, Universidade do Minho⁶); ou EU Kids Online (2006-14, Universidade Nova

de Lisboa⁷); e a nível nacional: o projeto Educação para os Media no Distrito de Castelo Branco (2007-10, Universidade de Lisboa) e que já referimos, Escolinhas Criativas (2010, Universidades do Porto e do Minho⁸) ou Navegando com o *Magalhães* (2010-12, Universidade do Minho⁹).

No entanto, a formação em Educação para os Media é ainda residual. É no ensino graduado (2º e 3º ciclos) que se encontra alguma oferta formativa em novas literacias, em unidades curriculares denominadas de “Educação para os Media”, “Pedagogia e Literacia dos Media”, “Educação e Media” ou “Transliteracia Digital”. As Universidades e Institutos Politécnicos das áreas das Ciências da Educação e Ciências da Comunicação lideram a oferta (Costa, Jorge & Pereira, em edição).

Depois do surgimento, em 2009, do Grupo Informal de Literacia Mediática (GILM)¹⁰, que reúne *stakeholders* dos diversos sectores em torno do tema (Ponte e Jorge 2010), como entidades governamentais da educação e da comunicação, academia e media, foram organizados dois congressos nacionais. Nas duas edições, em Braga (2011) e em Lisboa (2013), participaram amplamente investigadores, professores, profissionais dos media e das bibliotecas, bem como responsáveis por projetos e decisores políticos. Além disso, a academia está mesmo envolvida na própria dinamização das iniciativas. O GILM promoveu, em 2012, ‘Um Dia com os Media’ e, em 2013, ‘Sete Dias com os Media’, na semana em que a UNESCO assinala o Dia da Liberdade de Imprensa. Nesse esforço, é dada a ver e incentivada a diversidade e a cooperação no terreno, celebrando este esforço de vários agentes sociais, incluindo a academia, em torno da educação para os media.

Conclusões

O mosaico de atividades de Educação para os Media em Portugal tem, assim, vindo a aumentar e diversificar-se, com os esforços de vários agentes, pautando-se por liberdade e criatividade no desenho e implementação de projetos, com diferentes metodologias e alvos. O conjunto de projetos comporta as dimensões de análise e capacitação para o uso, produção de media e participação; são trabalhados vários media, embora nos últimos anos os digitais se tenham vindo a sobrepôr, e vários discursos dos media. Essa diversidade é celebrada nos Sete Dias com os Media, em Maio de cada ano.

Contudo, a multiplicação de projetos nas últimas décadas no país deveu-se também a alguma falta de coordenação, face à ausência de uma clara política pública direcionada para o tema. As iniciativas civis e privadas escamotearam essa ausência, mas sem assegurar sustentabilidade aos projetos e sem garantir uma avaliação, prestação de contas e partilha de metodologias e resultados. O Observatório de Educação para os Media, criado no seguimento do 1º Congresso

Literacia, Media e Cidadania, está ainda aquém do pretendido no sentido de documentar as iniciativas que se registam no terreno.

Notas

1. Recomendação da Comissão Europeia, de 20 de Agosto de 2009, sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva.
2. A investigação que originou este capítulo foi realizada no âmbito do projeto Media and Information Education Policies in Europe, ANR-Translit/COST, coordenado pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris, e que Portugal integra com 27 outros países europeus (*vide* Costa, Jorge e Pereira, em edição).
3. “Publicidade dirigida a crianças atinge taxa de cumprimento de quase 100%”, <http://www.briefing.pt/publicidade/21167-publicidade-dirigida-a-criancas-atinge-taxa-de-cumprimento-de-quase-100.html>
4. <http://ensina.rtp.pt>
5. <http://www.sitestar.pt>
6. Tornero (2007).
7. Livingstone et al., (2011).
8. <http://info.escolinhas.pt/escolinhas-criativas>
9. <http://www.lasics.uminho.pt/navmag>
10. <http://www.literaciamediatica.pt>

Referências

- Costa, C., Jorge, A., & Pereira, L. (em edição). Media Education Policies in Portugal. *Media Education Policies*. ANR-Translit/COST.
- Livingstone, S. Haddon, L., Görzig, A. & Ólafsson, K. (2011). *Risks and safety on the internet: the perspective of European children: full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents in 25 countries*. Londres: EU Kids Online. www.eukidsonline.net
- Mediappro. (2006). *A European Research Project: The Appropriation of New Media by Youth*. Bruxelas, Chaptal Communication with the Support of the European Commission / Safer Internet Action Plan: Bruxelas.
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. D. (2011). *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Ponte, C. & Jorge, A. (2010). Media Education in Portugal: a building site, *Journal of Media Literacy*, 57, 1/2, 56 – 61.
- Tornero, J. M. P. (Org.) (2007). *Study on the Current Trends and Approaches to Media Literacy in Europe*, Comissão Europeia. <http://ec.europa.eu/culture/media/media-content/media-literacy/studies/study.pdf>